



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 01/04

SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2004

26 de Fevereiro de 2004

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, excepto o Senhor João Lourenço Vieira, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo, o Senhor Vice Presidente Gabriel Oliveira e os Senhores Vereadores Carla Tavares, João Bernardino, José Coutinho, José Evangelista, Maria João Bual e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão e informou de que, os Senhores Presidente da Junta de Freguesia da Buraca, Mina e Venteira se fizeram representar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo n.º 38.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, pelos Senhores Luís Miguel Lourenço Ascensão, Fernando Octávio da Costa Santos e Fernando Pires Salvador (Documentos anexos à presente Acta).

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou de se encontravam na mesa dois pedidos de substituição ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, de Rita Mafalda Nobre Borges Madeira, do PS e de Luís Manuel Isidro Guarita, do PSD (Documentos anexos à presente Acta). Informou, ainda, de que em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, se iria proceder às substituições, empossando, caso estivessem presentes, os membros substitutos, Fernando Manuel dos Reis Batista Gonçalves Raposo e Rafael Duarte dos Santos Evaristo (Documentos anexos à presente Acta).

II - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*;

2 – Apreciação para aprovação, nos termos do n.º. 6 do Artigo 22º. do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional de Âmbito Comunitário para a Prestação de Serviços de Vigilância nas Instalações Municipais* – do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional de Âmbito Renovação do Contrato (Proposta n.º. 88/2004)”*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3 – Apreciação para aprovação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22º. *Comunitário para a Prestação de Serviços de Limpeza nas Instalações Municipais – Renovação do Contrato (Proposta n.º 89/2004)*”;

4 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa à *“Revogação das Medidas Preventivas na Área do Plano de Pormenor da Falagueira, Damaia de Baixo/Venda Nova e Prorrogação do Prazo de Vigência das Medidas Preventivas para a Área do Plano de Pormenor da Falagueira/Venda Nova”*;

5 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Projecto de Regulamento Municipal sobre a Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos”*;

6 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Projecto de Regulamento Municipal sobre Licenciamento das Actividades Diversas”*.

7 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº1 do Artigo 87º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta relativa a *“ Mandatar a Comissão de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Municipal para proceder ao levantamento e esclarecimento do estado em que se encontram as Unidades de Saúde do Concelho da Amadora”*.

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia a discussão e não havendo intervenções, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

III – APROVAÇÃO DE ACTA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que se encontrava na Mesa a Acta nº. 9 de 2002 para discussão e aprovação. Não havendo intervenções colocou-a a votação sendo aprovada por maioria com 33 votos a favor e 5 abstenções.

IV – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexa com este título.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao período e inscreveram-se os senhores Ana Martins, José Clemente, Carlos Perry, Paulo Ferreira, Fátima Cadina, Fernanda Campos, José Alves e Édio Martins.

A senhora **Ana Matos**, técnica profissional de Educação no Centro de Infância da Venteira, solicitou explicações sobre a sua situação laboral que após promoção, em 2000, viu outros promovidos em 2001 auferir um vencimento superior sem que o seu fosse ajustado.

O Senhor **José Clemente**, residente na Damaia, trouxe questões referentes à qualidade que o Nó da Damaia pode vir a trazer aos residentes junto ao mesmo e protagoniza que a solução a levar em frente seja a de Túnel com tratamento de espaços na superfície dedicada ao lazer e Zonas Verdes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Carlos Perry**, representante da comissão de moradores e proprietários da Venda Nova, mostrou a necessidade de saber a veracidade das notícias saídas na imprensa sobre a CRIL, e qual a situação das conversações, Câmara Municipal da Amadora, Câmara Municipal de Lisboa, e o senhor Ministro das Obras Públicas.

O Senhor **Paulo Ferreira** representante da comissão cívica dos moradores de Alfofnelos, fez a leitura de documento que entregou à Mesa (Documento anexo à presente Acta).

A Senhora **Fátima Cadina** membro da Comissão de moradores da Damaia, referiu o desagrado com as condições de vida que na Freguesia sofrerão com a CRIL à superfície. Também ela manifestou a vontade que a solução seja em Túnel.

A Senhora **Fernanda Campos**, membro do Sindicato deste Município, trouxe de novo as reivindicações e protestos, pelas condições de trabalho, deficiências nas instalações, ausência de promoções nas carreiras, e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara uma reunião urgente para resolução de problemas com o pessoal.

O Senhor **José Alves**, delegado sindical deste Município, perguntou ao Senhor Vereador Vasco Jardim o motivo de não pagarem 7 horas extraordinárias (1 sábado) aos 7 Fiscais Municipais, referindo também as condições precárias de trabalho e falta de meios para os mesmos.

O Senhor **Édio Martins** referiu que o Estudo do Impacto Ambiental mostra deficiências, sob o ponto de vista técnico, teórico e científico, e disse querer saber o posicionamento de cada uma das forças políticas relativamente à construção do Sub - Lance da CRIL, Buraca / Pontinha, e em que ponto se encontra o compromisso actual dos diversos intervenientes

O Senhor **Presidente da Assembleia** disse ter aceite a sugestão do Senhor Édio Martins e que com aos representantes dos Grupos Municipais iria sugerir uma reunião alargada com as

Comissões de Ambiente e de Trânsito e Transporte, que com os senhores Presidente da Câmara e o Vereador Gabriel Oliveira, debateriam esta problemática tão importante para o Concelho.

O Senhor **Presidente da Câmara** delegou a resposta às Senhoras Ana Matos, Fernanda Campos e Senhor José Alves na Senhora Vereadora Carla Tavares e no senhor Vereador José Evangelista a resposta a outras.

Sobre a CRIL disse que a solução que a Câmara sempre apresentou é de vala semi coberta, que precavê protecção sob o ponto de vista ambiental. Serão minimizados os problemas para ficar com terreno livre para cumprir o Projecto de criação de zonas de lazer e zona verde. Em todas as conversações com o Presidente da Câmara de Lisboa e com o Ministro das Obras Públicas, houve total concordância em relação à solução que a Câmara apresentou, não subscrevendo, esta o Projecto do IEP relativamente ao Estudo de Impacto Ambiental, “Lei do Ruído”, efectuado pela COBA, tendo a Câmara apresentado um conjunto de soluções.

Reafirmou que quanto ao Nó da Damaia não haverá nenhuma alteração; considera-o fundamental. Referiu que esta zona feita em túnel traria mais problemas, quer de circulação, quer de estacionamento, não permitindo espaços verdes.

Quanto à questão da Venda Nova, afirmou não haver acordo na zona entre Pedralvas e a Venda Nova. Não pretende alterar o PDM, embora possa ser revisto em algumas questões pontuais do Regulamento.

Ao STAL lamentou o modo de acção do Sindicato que arrastou trabalhadores para processos de desobediência. Ao Senhor José Alves, referiu que não devia ter chamado o Vereador Vasco Jardim para o assunto sobre Fiscais, já que a Proposta tinha sido acordada com ele.

A senhora Vereadora **Carla Tavares** disse ter reunido com os trabalhadores e afirmou que em termos de admissão entraram para o Quadro 136 funcionários no ano 2002 e 2003, estando previstas 56 admissões para 2004. Foram privilegiados os Sectores de Higiene e Salubridade e as áreas da Habitação e Educação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

VI – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor **Presidente da Assembleia**, após as explicações regimentais, abriu as inscrições e pediram a palavra os Senhores Carlos Reis, António Tremoço, Agostinho Marques, António Santos, Júlio Correia, Ricardo Girão, Manuel Vieira e Paulino Domingos.

O Senhor **Carlos Reis** agradeceu o acompanhamento que sentiu de todos durante a sua doença e sobre a CRIL disse que, num processo, que se arrasta com projectos de há 30 anos, algumas coisas há que modificar e que mais vale uma CRIL do que CRIL nenhuma, sabendo também que nunca haverá uma situação que não afecte alguns habitantes de uma forma ou de outra.

O Senhor **António Tremoço** realçou o seu desagrado acerca da privatização de serviços do Município defendendo que se deve melhorar as condições para esses trabalhadores executarem mais e melhor. Realçou a necessidade de forte intervenção local na defesa da Sorefame e responsabilizar o Governo para defender as empresas que pelo seu valor são fundamentais para o desenvolvimento do País. Mostrou receio pelo futuro que se avizinha e que irá repercutir-se nos trabalhadores e suas famílias, e perda de postos de trabalho.

O Senhor **Presidente da Assembleia** mostrou a soliedariedade da Assembleia Municipal da Amadora à luta da Sorefame.

O Senhor **Agostinho Marques** referiu a questão da CRIL, focou a participação activa das populações de Alfovelos neste processo, discordando do projecto do IEP, mas propondo, também, soluções alternativas. Salientou a posição da Câmara Municipal da Amadora, e a actividade desenvolvida pelo Senhor Vereador Gabriel Oliveira, com os quais está em sintonia para a defesa desse projecto perante os outros parceiros.

O Senhor **António Santos** trouxe de novo a questão da CRIL e aceitou a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre o debate conjunto das comissões e Câmara. Referiu que nos últimos tempos os portugueses têm sentido agravamento das condições de vida na Amadora, caso laboral da Sorefame e dos trabalhadores da Câmara apresentado pelo STAL. Salientou que nas instalações da CEBESA, na Estrada da Falagueira, existem alguns problemas a merecer resolução. Realçou a necessidade de um novo PER para cobrir situações de excepção dos desalojamentos de barracas. Saudou o dia Internacional da mulher e mostrou solidariedade sobre o referendo da Lei do Aborto.

O Senhor **Manuel Vieira** referiu as reivindicações dos trabalhadores e a importância de as dar a conhecer aos órgãos autárquicos.

O Senhor **Ricardo Girão** apresentou em nome da bancada do PSD uma declaração política. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor **Paulino Domingos** salientou que a constituição da empresa mista para recolha de resíduos sólidos é, do seu ponto de vista, uma boa solução. Apelou à consciência dos trabalhadores e seus representantes quanto à necessidade de, em conjunto, se encontrar soluções para facilitar tarefas e resolver os problemas da higiene urbana no Concelho.

O Senhor Vereador **Gabriel Oliveira** iniciou o conjunto de respostas começando pelo Deputado Municipal **Carlos Reis**. Realçou a importância do projecto IQUAL e o PORTAL, salientando que, embora polémicos, foram geradores de postos de trabalho e desenvolvimento no Concelho.

Ao senhor **Agostinho Marques** realçou a defesa do projecto, uma solução em túnel desde a Buraca até Alfovelos, e que na zona da Venda Nova seja efectuado um novo Nó.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Ao senhor **António Santos** disse que o senhor Presidente da Câmara respondeu claramente sobre a CRIL. Relativamente à CEBESA esclareceu que a demolição está no âmbito do projecto da Ribeira da Falagueira e passará para o Casal do Silva. Sobre o Estrela de África nada foi acrescentado. Referiu a importância do Governo fazer um novo PER, que contemple o tratamento da Cova da Moura. Mostrou Solidariedade com o referendo da Lei do Aborto.

Ao senhor **Ricardo Girão** referiu que a descentralização do país, é uma decisão política, abstendo-se de comentários.

Ao senhor **Paulino Domingos**, disse que a empresa mista referida por todos os partidos, tem o acordo da Câmara e da Assembleia Municipal com excepção do deputado municipal António Tremoço.

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrado este período de Antes da Ordem do Dia e deu entrada ao ponto 1 da Ordem do Dia.

VII - ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”*.

O Senhor **Presidente da Câmara** solicitado, prescindiu do uso da palavra para introdução ao tema.

O Senhor **José Fernandes** salientou, relativamente ao Relatório de Actividades e Informação Escrita do Presidente que as matérias mais importantes vêm à Assembleia sob a forma de propostas, e em devida altura se manifestará. Quanto ao balancete das despesas com as

Grandes Opções do Plano, lamentavelmente, são apresentadas completamente inelegíveis em todos os capítulos. Não se percebe nada, não há classificação orgânica, não há classificação económica, muito menos o movimento acumulado, tão pouco as verbas e as liquidações, ou seja, isto está de uma tal maneira produzido que é impossível eu ler seja o que for. Solicita a elaboração de uma forma legível.

Aceitando a explicação na Assembleia sobre as avarias das máquinas da repografia, lamenta é que estejam permanentemente avariadas. Solicita um documento onde possa ler o balancete e todos os números nele são inseridos.

O Senhor **Júlio Correia** aproveitou este período para pedir esclarecimento sobre a colocação de antenas do telefones e, também, sobre a recepção de uma moção relativa ao problema dos parquímetro na Venteira, que refere a passagem de multas.

O Senhor Vice-Presidente **Gabriel Oliveira** esclareceu o senhor **José Fernandes** que ao problema das fotocópias é de ser impresso em computador, é um problema que dificilmente se resolve, porque o problema é da tinta que vem da base do computador. Ao senhor **Júlio Correia**, sobre as antenas dos telemóveis esclareceu o seguinte: Saiu um decreto-lei em meados de Junho, obriga a um parecer da Câmara, evidentemente. têm que entregar um processo completo na Câmara, quase todos os operadores entregaram o processo errado, o que significa que todas elas, pelo menos a nível processual, estão ilegais. As antenas, com excepção da situada na Venda Nova, junto ao J. B. Coelho, Ford são ilegais. Relativamente aos parquímetros a ParqA demorou muito tempo a colocar as placas junto às zonas do parquímetros onde os residentes podem estacionar gratuitamente, entre as 5 da tarde e as 10 da manhã. O antigo projecto era só a partir das 20 da noite até às 8 da manhã, o que penalizava, e muito, quem chegava mais cedo ou saía mais tarde. Um problema que terá de ser resolvido com a PSP que fiscaliza, praticamente, só a zona dos parquímetros e não as zonas dos residentes. A maior parte das pessoas têm, no máximo, 2-3 carros por agregado familiar, estas situações serão cobertas. A nível de multas da ParqA emitidas até ao mês de Fevereiro, solicitou-se ao Governo Civil que as multas da PSP pudessem ser anuladas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Esgotado este ponto deu-se início ao ponto seguinte.

2 – Apreciação para aprovação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22º. do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional de Âmbito Comunitário para a Prestação de Serviços de Vigilância nas Instalações Municipais – Renovação do Contrato (Proposta n.º 88/2004)”*.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou da existência de um Parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças.

A senhora **Primeiro Secretário** procedeu à leitura do Parecer.

O senhor Vice-Presidente **Gabriel Oliveira** prescindiui a apresentação do ponto.

O senhor **José Fernandes** referiu que a proposta está bem elaborada, em termos técnicos, mas as objecções são em termos políticos já que há discordância sobre as privatização dos serviços de vigilância nas instalações Municipais, sendo do parecer que os serviços devem ser melhorados, e tal como no ano transacto, a CDU vota contra.

O senhor **Presidente da Assembleia** passou à votação e a proposta foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, 7 contra e 1 abstenção.

3 – Apreciação para aprovação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22º. do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional de Âmbito Comunitário para a Prestação de Serviços de Limpeza nas Instalações Municipais – Renovação do Contrato (Proposta n.º 89/2004)”*.

Informou o senhor **Presidente da Assembleia** da existência de um parecer imitado pela Comissão de Administração Geral e Finanças, que foi lido pela Senhora Primeiro Secretário.

O senhor Vice-Presidente **Gabriel Oliveira** prescindiui da introdução ao ponto.

Não havendo intervenções a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 33 votos a favor e 1 abstenção.

4 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº3 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa à *“Revogação das Medidas Preventivas na Área do Plano de Pormenor da Falagueira, Damaia de Baixo/Venda Nova e Prorrogação do Prazo de Vigência das Medidas Preventivas para a Área do Plano de Pormenor da Falagueira/Venda Nova”*.

A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que não foi emitido parecer sobre esta matéria e perguntou ao senhor Presidente da Câmara se desejava apresentar a proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu as medidas preventivas que têm vindo a tomar em relação ao Plano de Pormenor da Falagueira, e da necessidade do derrube de árvores, já que se prevê remodelação de todo o espaço, tendo em conta a própria estação da Falagueira. Sugeriu aos senhores Deputados Municipais que, se achassem conveniente, fizessem uma proposta no sentido de ser retirada a questão de derrube de árvores em maciço.

O senhor **Carlos Reis** informou, na sequência da intervenção do senhor Presidente da Câmara, que iria apresentar à Mesa uma proposta para retirar a norma que permitiria o derrube de árvores em maciço.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Luís Moutinho Lopes** propôs que na proposta da Câmara supracitada seja aprovada apenas a revogação da medida preventiva prevista na alínea c) relativamente à remodelação de terrenos, proposta que iria formalizar e entregar à Mesa.

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu que na Comissão foi dito que havia ali uma ou duas árvores doentes que tinham de ser abatidas, não justificando o teor do texto, pelo que votaria a favor da proposta de alteração que irá ser apresentada .

O senhor **Manuel Vieira** realçou que há questões patrimoniais que merecem algum interesse concelhio, ou mesmo que possam vir a ficar de memória daquela zona. Nesse sentido votarão a favor da proposta.

O senhor **Rafael Evaristo** realçou a posição de não pretender votar a favor deste ponto por causa dessa mesma situação, mas visto que o PS fez a indulgência de fazer esta proposta, e o que importa no final é exactamente o resultado, votarão a favor do proposto pela Câmara.

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que em relação ao derrube de árvores em maciço, é impensável. Todo arranjo que é necessário fazer à remodelação de terrenos se deve ao facto da futura zona do metropolitano. Propôs que a redacção na alínea a) passe a ser: “revogação das medidas preventivas, consubstanciadas na proibição de trabalhos de remodelação de terrenos ou destruição de solo vivo e do coberto vegetal”, desaparecendo o derrube de árvores em maciço.

O Senhor **Martinho Caetano** retirou a sua proposta.

O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu haver duas propostas votando a proposta da Câmara e aprova-la, a seguir aprovando uma proposta de alteração salientou a competência da Assembleia para fazer alterações à proposta e depois votar a alteração ao ponto. Passou à votação à proposta da Câmara sem alínea a) foi aprovada por unanimidade com 38 votos.

Seguidamente passou-se à votação da alínea a), sem a expressão “derrube de árvores em maciço” que foi aprovada por unanimidade, igualmente com 38 votos.

5 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Projecto de Regulamento Municipal sobre a Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos”*.

Informou o senhor **Presidente da Assembleia** da existência de um parecer da Comissão de Educação e Cultura que foi lido pela Senhora Primeiro Secretário.

O senhor **Presidente da Câmara** prescindiou da introdução ao ponto.

O senhor **Presidente da Assembleia** abriu o debate e foram inscritos, António Santos, João Paulo Castanheira, José Fernandes, Luís Costa, Carlos Reis.

O senhor **António Santos** realçou que considera bom o Regulamento, mas salientou a falta de locais de diversão e de espectáculo e de distração no Concelho. A virtualidade de alguns dos mercados municipais serem isolados e a frequência do público ser diminuta, poderiam ser soluções alternativas para se criarem espaços que se encontram deficitários.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que tudo é de ponderar, mas com regras.

O senhor **Presidente da Assembleia** passou à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade com 37 votos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

6 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Projecto de Regulamento Municipal sobre Licenciamento das Actividades Diversas”***.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que existe um parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças(Documento em anexo à presente Acta).

A senhora **Primeiro Secretário** procedeu à leitura do parecer e foram abertas as inscrições.

O senhor **João Paulo Castanheira** referiu que o licenciamento dos arrumadores de automóveis exige um seguro de responsabilidade civil para cobertura de eventuais prejuízos, mas que nessa matéria, em Lisboa, parecia haver pelo PS outra opinião, o que será falta de coerência.

Solicitou esclarecimento sobre quem é o representante da Amadora na SANEST, devido a declarações do ex-vereador Vasco Franco.

O senhor **José Fernandes** disse que a CDU votará favoravelmente este Regulamento. Teceu reflexões sobre o decreto – lei refere a alínea f) que é a exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas, esperando que as tarefas incumbidas à fiscalização municipal que são diversas, serão muitas, naturalmente, é preocupante, também, a Câmara que detém não só competência do licenciamento mas também a da fiscalização. Salientou a importância da função de Guardas Nocturnos, e evidenciou a sua função social.

O senhor **Luís Costa** salientou que o Regulamento resulta de uma descentralização do Governo Civil, o que só por si pressupõe que haja todo um conjunto de condições à própria legislação, relativamente às máquinas, existe um cuidado suplementar por parte da Câmara, realçando presente no Regulamento uma salvaguarda sobretudo da juventude, protecção à infância, mas também, uma forma de rastreio uma prevenção da própria criminalidade que

por vezes surge associada a estabelecimentos que não cumprem determinadas regras. Realçou em relação ao guardas nocturnos, que regulamento está bastante completo e uniforme.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao senhor Carlos Reis.

O senhor **Carlos Reis** declarou concordância quanto ao Regulamento sendo uma questão de fazer cumprir a Legislação em vigor, lacuna regulamentar em matérias que neste momento são da nossa competência. Salientou a importância de ser a Câmara Municipal a tratar deste tipo de Regulamentos e não o Governo Civil. Não concorda no entanto que no mesmo Regulamento se inclua a regulamentação da Actividade de Guardas Nocturnos com os Arrumadores e os Acampamentos.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** informou que houve um representante da Câmara na Administração da SANEST que era o Vasco Franco, no acordo de rotação, de ano e meio em ano e meio. Neste momento está no período da Câmara de Sintra, que ainda não conseguiu um consenso para indicar um Administrador. O que foi dito pelo Vasco Franco é que não está em representação na SANEST, pois terminou a sua comissão.

Sobre o Projecto de Regulamento disse que havendo um déficit de Guardas Nocturnos no Concelho, e enquanto não viesse essa competência, deveria ser o Governo Civil a tomar essa atitude. Neste momento, está a fazer-se um levantamento do número de eleitores, número de fogos com efeitos de correcção, em relação às zonas de mais riscos, no sentido de se saber quantos Guardas Nocturnos são precisos em cada Freguesia. É preciso fazer-se os concursos, e criar as condições para os Guardas Nocturnos poderem funcionar, em interligação com a Polícia Municipal.

As Máquinas de Jogos, no Regulamento estão definidas claramente as regras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Presidente da Assembleia** passou à votação. A Proposta foi aprovada por unanimidade com 39 votos (Documento anexo à presente Acta).

7 – Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº1 do Artigo 87º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta relativa a “ *Mandatar a Comissão de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Municipal para proceder ao levantamento e esclarecimento do estado em que se encontram as Unidades de Saúde do Concelho da Amadora*”.

O senhor **Presidente Assembleia** informou que este ponto havia sido agendado a pedido do Deputado João Serrano, do PS, e deu a palavra ao proponente.

O senhor **João Serrano** solicitou que a Comissão de Saúde fizesse um trabalho de apuramento da situação em que se encontram as Unidades de Saúde do Concelho da Amadora e que apresentasse um Relatório que fosse apreciado por toda a Câmara porque a matéria da Saúde, merece preocupação de todos. De seguida leu um Documento (Documento anexo à presente Acta)

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** pergunta quem deseja inscrever- se para discussão deste ponto. Inscrevem-se João Paulo Castanheira, Carlos Reis.

O senhor **João Paulo Castanheira** disse que, na leitura da Ordem do Dia, lhe pareceu ser um ponto pacífico, mas ao ouvir a leitura do texto do Colega João Serrano, as dúvidas adensaram-se. Se o objectivo da Comissão for criticar o Governo, não se encontra disponível. Se for para fazer uma coisa honesta, um trabalho de levantamento da situação real, sem outros objectivos mais, estão disponíveis para discutir e para participar. Gostava pois de perceber, exactamente, o que é que se pretende da Comissão e quais são os objectivos do levantamento proposto.

O senhor **Carlos Reis** salientou não ter o propósito de falar sobre o levantamento dos Equipamentos de Saúde, pensando ser o levantamento um estudo exaustivo, a procura das profissões, sendo outro tipo de levantamento que pretendem fazer, havendo confusão, desconhecendo; se o objectivo é para abrir este debate, não estando de acordo com o tipo de prioridades que estão definidas na Carta de Equipamentos de Saúde que uma vez foi apresentada na Câmara, aqui na Assembleia, trabalho exaustivo, bem feito, obviamente, do ponto de vista técnico, mas que a definição de prioridades acordadas com a ARS, discordando porque há prioridades, estão colocadas em 2º. e em 3º. nível, deviam estar em 1º. outras que estão em 1º. poderiam, perfeitamente, estar em 3º. portanto, isso foi um protocolo feito com a ARS do tempo do Governo do PS, deu em nada, depois disso nada se fez. Objectivamente, quanto ao Centro de Saúde da Reboleira tem que existir um novo. Na Buraca está em estado miserável, pessoas que têm que ter uma consulta, têm que subir um prédio de habitação até ao 4º. Andar, ter a consulta, tem que vir cá abaixo carimbar a receita. Falar de mortalidade e de natalidade isso é o pior atestado que podem fazer a uma das coisas positivas do vosso governo há que reconhecer que foi, nomeadamente, o índice de desenvolvimento humano e o salto qualitativo que Portugal deu e isso deve-se ao esforço do anterior Primeiro Ministro do anterior Governo, nomeadamente, na tabela de classificação da ONU da tabela de desenvolvimento humano. Estamos assim em condições de nos desmerecer a nós próprios desta tal maneira, não é, na altura que são vocês, Partido Socialista que à escala nacional falam em defesa da auto estima, crucificam sempre a Ministra das Finanças porque está a dar más notícias aos portugueses, quer dizer, é nesta altura, uma coisa é trabalho objectivo e sério, preocupação, com certeza, obviamente, os Centros de Saúde que ficaram por fazer, nos Governos do PSD, nos Governos do PS, que temos que fazer, claramente o de Alfragide que eu nunca vi Vocês defenderem entanto está lá o espaço doado com esse fim e, portanto, nunca vi o Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide usar isso como chicana política contra governos vossos ou contra a Câmara Municipal, agora vamos, com seriedade analisar as coisas como deve ser.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao senhor **João Serrano** para esclarecimento.

O senhor **João Serrano** esclareceu que os dados específicos têm a ver com os censos de 2001, em comparação, no fundo com os censos feitos nos últimos 10 anos atrás. São dados específicos que têm a ver com elementos de saúde, sobre a realidade dos Centros e dados reais sobre os Hospitais e a realidade concreta. Não foi mencionado algum tipo de culpabilização de mortalidade, foi mostrada a síntese dos últimos 2 anos, consubstanciado em dados concretos que merecem a nossa preocupação e não são matéria que surja dos 2 últimos anos, mas sim algo que no fundo se arrasta, digamos, ao longo dos anos e que urge dar resposta.

O senhor **Carlos Jerónimo** salientou a relevância desta matéria no impacto social que tem em todos e que não deve ser intenção de ninguém fazer jogos ou demagogia com assuntos desta importância. A falta de acesso à Carta talvez dificulte a visão correcta da situação já que é um documento tecnicamente muito bom, não só porque avalia o estado da Saúde na sua componente global, como também levanta correctamente as necessidades a que uma população como a Amadora se tem direito, para a prestação correcta do seu acesso à saúde. Salientou também através de números os déficits encontrados no pessoal da saúde.

O senhor **António Santos** referiu que algumas discussões políticas, que decorrem na Assembleia em resultado do agendamento de Diplomas que a Câmara pretende aprovar, é feita em tempo reduzido. Para algumas das discussões políticas importantes não há tempo de debate e as posições políticas não são apresentadas com a seriedade que muitas vezes esses assuntos motivam. As Comissões técnicas da Assembleia Municipal da Amadora podem ser Comissões em que haja 4/5 posições completamente diferentes invertendo um bocado a lógica da maioria Socialista. As Comissões desta Assembleia devem ser para se ter discussões políticas sérias, não só da saúde mas também do levantamento da situação da Educação na Amadora, da situação da Educação Desportiva na Amadora, etc.. Certamente

que, com mais preparação, a discussão ganhará em reflexão e seriedade para toda a Assembleia.

O senhor **Manuel Vieira** referiu que esta forma de pôr a funcionar as Comissões e a Assembleia dá um contributo importante, ao esclarecimento e à resolução dos problemas do Concelho. Saudou a proposta apresentada e lembrou que os equipamentos de saúde se conseguiram devido à luta travada dos eleitos em relação ao poder central. O envolvimento de todos em projectos como este podem fazer a diferença para a resolução destas situações. Tal como com a incineradora também aqui se verificou o resultado positivo, do esforço de trabalho em conjunto.

O senhor **Martinho Caetano** corroborou as intervenções e participações anteriores e salientou a disponibilidade para um trabalho sério e rigoroso esperando que as conclusões da Comissão apontem para um investimento da Administração Central no Município da Amadora nas faltas estruturais que vêm de há décadas.

O Senhor **Presidente da Câmara** pediu a palavra e referiu que a Carta de Saúde estava no Portal da Universidade Nova e que a Carta de Saúde não é um ataque ao Governo, é antes uma discussão importante que se deve fazer de pontos de vista diferentes, e da actualização de recursos e objectivos que se vão mudando com o tempo. Há problemas que atravessaram vários Governos, e a carência do pessoal de saúde é cada vez mais sentido. Há vontade da Autarquia de que se crie aqui uma Faculdade de Medicina e de Enfermagem. Há que discutir politicamente um assunto que é regido pela orientação política tomada.

Findas as intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos 36 membros presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Antes de dar encerrado os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidenta da Assembleia, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. Da Lei 129/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 36 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Secção às 01.25 horas

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.

António L.C.
A. Godimães